

A RESPONSABILIDADE RELACIONAL COMO RECURSO PARA O USO DO DINHEIRO NAS RELAÇÕES FAMILIARES

RELATIONAL RESPONSIBILITY AS A RESOURCE FOR THE USE OF MONEY IN FAMILY RELATIONSHIPS

ANA LUIZA POLETTO

Psicóloga e Especialista em Terapia Familiar e de Casal pela PUC-SP, Curitiba – PR, Brasil, email: analuizapoleto@hotmail.com

ANDREZA MARIA NEVES MANFREDINI

Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-SP e Coordenadora do Curso de Pós Graduação em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação, Taubaté-SP, Brasil, email: andreza.m@uol.com.br

MARILENE GRANDESSO

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Fundadora e Coordenadora do Instituto de Terapia: Família, Casal, Comunidade e Indivíduo (INTERFACI). São Paulo-SP, Brasil, email: mgrandesso@uol.com.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi refletir, a partir da experiência clínica, de que maneira o olhar da responsabilidade relacional pode ser um recurso para as famílias atuais lidarem de forma satisfatória com as questões econômicas, como uma forma de promover o respeito entre os membros. Se considerarmos que uma família configura um espaço de convivência, compartilhando significados sobre os acontecimentos da vida, o aprendizado dos filhos no uso do dinheiro, pode ser construído no diálogo e compromisso com valores comuns. A partir de nossa experiência com famílias envolvidas em situações dilemáticas no que se refere ao uso do dinheiro, consideramos a importância da responsabilidade relacional na construção de uma convivência de respeito e legitimação da voz de cada membro. Como conclusão, destacamos a importância do diálogo, e nos colocamos no lugar de terapeutas a fim de criar condições favoráveis para conversas em que todos os membros tenham voz e sintam-se respeitados.

PALAVRAS-CHAVE: família, educação financeira, construcionismo social e responsabilidade relacional.

ABSTRACT: The objective of this study was to reflect, from the clinical experience, how the look of relational responsibility can be a resource for current families deal satisfactorily with the economic issues, as a way to promote respect among members. If we consider that a family sets up a living space, sharing meanings of the events of life, learning of the children in the use of money, can be built on dialogue and commitment to common values. From our experience with families involved in dilemmas with regard to the use of money, consider the importance of relational responsibility in building a coexistence of respect and legitimacy of the voice of each member. In conclusion, we emphasize the importance of dialogue, and put in place therapists in order to create favorable conditions for talks in which all members have a voice and feel respected.

KEYWORDS: family, financial education, social constructionism and relational responsibility.

Saber lidar com o dinheiro é um aprendizado contínuo ao longo de nossas vidas. Atualmente, vivemos atualmente num mundo capitalista e de consumo, no qual, desde muito pequenos, entramos em contato com o consumismo e com as diferentes formas de lidar com a questão econômica.

A família como o primeiro agrupamento humano que nos acolhe quando nascemos é constituída por uma rede de relações sociais que estabelecem formas de se relacionar com os outros e também com o uso do dinheiro. Entendemos que valores, dentre os quais o consumismo, são aprendidos nas relações sociais. Diante disso, torna-se um desafio para as famílias e outras redes sociais construir formas de aprendizado para um uso consciente do dinheiro, envolvendo ações tais como gastar, poupar, comprar e doar.

O contato e o significado do dinheiro estão presentes nas relações desde muito cedo na história do indivíduo, percorrendo toda a sua trajetória de experiência

Recebido em: 02/04/2015
Aprovado em: 07/06/2015

de vida, o que nos faz pensar que nascemos e morremos nos relacionando com questões financeiras (Manfredini, 2007). É inevitável e incontestável a influência do dinheiro em nossas vidas em distintos contextos, diferentes tempos e de variadas formas. Dinheiro está associado a poder, abrindo ou restringindo possibilidades de acesso a oportunidades variadas, desde educação e saúde até lazer, além de poder estar associado à forma como uma pessoa se define e como é vista pelos demais. Assim, encontrar maneiras favoráveis de lidar com o dinheiro e com as questões econômicas vem caracterizando um desafio para as famílias e os educadores. A educação financeira é a forma como fazemos o uso do dinheiro em nossas vidas, sendo baseada em uma filosofia de crenças e valores que fundamenta as relações sociais estabelecidas inicialmente na família de origem e posteriormente em outros grupos de referência e pertencimento, constituindo uma bagagem de experiências e histórias, incluindo as envolvidas no modo de lidar com o dinheiro.

Um dado relevante que nos faz ter uma ideia de como tem sido realizada a educação financeira nas famílias diz respeito às dívidas das famílias brasileiras, conforme apontado por Modena (2013) no Jornal *O Globo*. Segundo este autor, em abril de 2013, 63% das famílias brasileiras tinham dívidas, sendo que o endividamento havia subido em relação ao mês de março do mesmo ano, no qual as dívidas atingiam 61% das famílias brasileiras e também na comparação com março do ano anterior, quando chegavam a 57%.

De modo geral, é possível pensar que as pessoas têm apresentado sérias dificuldades para administrar seu dinheiro vivendo numa socie-

dade consumista e capitalista como a nossa. Segundo Giddens (1991), o capitalismo pode ser entendido como “um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, essa relação formando o eixo principal do sistema de classes” (p. 61). Com o capitalismo se faz necessário mercados competitivos, assim como a junção dos fatores como investidores, produtores e consumidores capazes de gerar e realimentar a existência do capitalismo.

Para Bauman (1999), uma sociedade de consumo considera não somente uma observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem, pois todas as criaturas vivas “consomem” desde tempos imemoriais. A nossa, porém, é uma “sociedade de consumo” no sentido similarmente profundo e fundamental de que a sociedade moderna em suas camadas fundadoras, na sua fase industrial, era uma “sociedade de produtores”. No entanto, em seu atual estágio final moderno, a sociedade moderna tem pouca necessidade de mão-de-obra industrial em massa; em vez disso, precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e, acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor.

Essa nova fase da modernidade é chamada por Bauman (2001) de modernidade líquida. O autor usa esta ideia de liquidez em oposição à solidez, que seria a metáfora mais apropriada da primeira modernidade. A liquidez representa a invasão de todos os setores da modernidade que antes eram tidos como sólidos. A economia se tornou independente do local, o trabalho antes era localizado e vigia-

do pelas grandes fábricas, sendo hoje mais flexível e independente da localização e de bens materiais, passando a ter mão de obra com maior flexibilidade e diminuição acentuada nos direitos trabalhistas. Dessa maneira, o indivíduo torna-se cada vez mais apto a escolher livremente, dentre as opções que o mercado dispõe ao consumo.

No entanto, a disponibilidade de ofertas infinitas não contribui, necessariamente, para pessoas e famílias mais felizes. Um apelo constante ao consumo presente na mídia e a restrita data de validade dos produtos no que se refere aos seus benefícios considerados obsoletos cada vez mais cedo contribuem para uma cultura da busca incessante por novos e mais modernos bens materiais, resultando em uma insatisfação constante com o que se tem. As consequências de escolhas equivocadas recaem sobre o indivíduo, uma vez que não existem bases sólidas para se apoiar quando decisões são tomadas. Com as transformações históricas, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ideológicas, os hábitos de vida também sofreram modificações e isto que afeta a saúde mental de adultos, adolescentes e crianças, justamente por estarmos convivendo nesta sociedade de consumo. Lidar com o dinheiro é uma questão de saúde pública de vital importância para o enfrentamento do consumismo desenfreado e para construir uma educação financeira consciente das tomadas de decisões.

Este cenário torna-se ainda mais desafiador quando consideramos que ter produtos de marca contribui para uma definição de identidade diferenciada. Num mundo marcado pela desigualdade social, uma pessoa passa a ser mais ou menos considerada pela roupa que veste, a marca do tênis, a bolsa que usa, o carro que tem, enfim, ter mais e do “melhor”, acaba sendo si-

nônimo de “ser mais”. Assim, dinheiro e poder acabam andando juntos. Ditos populares tais como: “quem tem, pode”, “o dinheiro fala mais alto”, ou ainda, “dinheiro compra tudo”, ilustram o tipo de desafios com os quais as famílias se defrontam quando se propõem a educar para o uso do dinheiro e para a preservação de valores mais igualitários e menos discriminatórios.

Por outro lado, para um adolescente que busca seu próprio espaço, ganhar seu próprio dinheiro é sinônimo de independência. Não é incomum, nos contextos da vida e do que encontramos como terapeutas familiares nos consultórios, que o uso do dinheiro seja configurado como exercício de poder. Falas do tipo: “enquanto você depender de nós (pais), não vamos admitir tal tipo de coisa...”, ou, “quando você for capaz de se manter...”, “enquanto você morar nesta casa...”, ou, por parte dos filhos, “quando eu estiver morando sozinho, e não depender mais de meus pais...”, ilustram formas de vida em que o ser o dono do dinheiro garante o acesso a determinadas condições de vida.

A partir da nossa prática clínica enquanto terapeutas de família, temos nos deparado com acentuada frequência com casos em que o dinheiro e a maneira de usá-lo participam diretamente das questões relevantes e mobilizadoras da família.

Há situações em que nossos clientes nos convidam a conhecer certas histórias sobre suas relações com o dinheiro, tais como: 1- jovens que iniciaram recentemente sua vida profissional bem como aqueles que já estão há anos no mercado de trabalho e apresentam dificuldades em conduzir e programar os seus gastos; 2- famílias endividadas por conta das mais variadas questões; 3- situações em que os pais gastam mais do que podem com o intuito de

proporcionar determinadas coisas aos seus filhos, coisas estas que, muitas vezes, eles não tiveram.

Há uma escassez na literatura brasileira sobre o assunto dinheiro abordado na terapia. Uma autora que aborda a questão do dinheiro em terapia é Price (2001), uma consultora financeira americana que aponta o processo da terapia do dinheiro e explora maneiras de se relacionar com o dinheiro, observando como chegamos neste processo tanto pessoal quanto historicamente.

Este artigo tem como objetivo* refletir, a partir de casos clínicos atendidos em nossos consultórios e da literatura pertinente ao tema, sobre a maneira como o olhar da responsabilidade relacional pode ser um recurso para as famílias atuais lidarem de forma satisfatória com as questões econômicas, promovendo respeito entre os membros.

A PÓS-MODERNIDADE E A RESPONSABILIDADE RELACIONAL

Na perspectiva pós-moderna, segundo Grandesso (2000), a verdade tão almejada pela ciência tradicional passa a ser compreendida como produto de contextos históricos, construída e negociada entre as pessoas em suas relações. Ou seja, o foco da atenção, na compreensão do mundo e das relações fica voltado não para um mundo de objetos independentes a serem conhecidos e para aquilo que acontece com os indivíduos, mas para aquilo que acontece entre pessoas em seus relacionamentos nos distintos contextos de vida. Assim, há um convite implícito para que seja considerado o que as pessoas fazem juntas, e o que este fazer produz, no que se refere à ampliação ou restrição de possibilidades de convivência. Neste contexto, pode-

mos entender que a inadimplência, os gastos excessivos e as diversas formas de se utilizar o dinheiro advêm de uma construção relacional marcada pelo conjunto de interações, ou seja, na coletividade em que os membros desta família estão inseridos.

Anderson e Goolishian (1998) consideram a família, através das lentes da pós-modernidade, como um sistema linguístico “onde o significado e a compreensão são social e intersubjetivamente construídos e a mudança sendo a construção de novos significados por meio do diálogo” (p. 32). Nesse sentido, entendemos o quão forte o grupo familiar transmite padrões relacionais sustentados por diversas crenças, valores, regras, rituais e mitos que são genuinamente coconstruídos e reconstruídos entre gerações. Assim pensando, a busca de formas de soluções para as vicissitudes decorrentes do modo de usar o dinheiro decorre dos significados construídos socialmente sobre o dinheiro e as relações que ele organiza na família e em outros contextos sociais. Portanto, compreendemos que pode ser útil e benéfico para as famílias pensar o uso do dinheiro para além da responsabilidade individual, convidando e promovendo que seus membros se coloquem relacionamente responsáveis. Dessa forma, não basta a aproximação entre as pessoas pertencentes a uma família, mas também e, principalmente, considerar o que se produz nesta interação.

Isso nos faz lembrar algo que parece comum nas famílias de crianças e adolescentes, quando pais queixam-se de os filhos passarem a maior parte do tempo fazendo uso do celular e dos jogos virtuais. Esta dinâmica tem sido uma realidade das famílias visto que, muitas vezes, independente da condição financeira, o aparelho eletrônico – tablets, videogames, celula-

* Este trabalho aqui apresentado foi desenvolvido como exigência para os créditos na IV ICCP – Certificado Internacional em Práticas Colaborativas, realizado pelo INTERFACI em 2014. Sob a orientação da terceira autora deste artigo, as duas primeiras autoras aceitaram o desafio de escrever sobre o uso do dinheiro nas relações por terem uma afinidade com este tema devido a estudos e pesquisas passadas (Manfredini, 2007, Duque & Manfredini, 2002, 2003 e Poletto, 2013).

res – entra cada vez mais cedo na vida das crianças.

A partir de uma demanda para a terapia de família, quando se estabelece uma conversa de base dialógica no *setting* terapêutico entre pais e filhos, é possível construir relacionamentos em que diferentes vozes sejam escutadas, veiculando o que é importante para cada membro. Se a conversação terapêutica tiver como tema a responsabilidade relacional, perde o sentido apontar culpas ou responsabilidades individuais e o problema que a família apresenta pode passar a ter um entendimento envolvendo o coletivo, ou seja, em que cada membro possa se comprometer com as transformações desejadas. Sair da culpa individual e do foco no problema para considerar que forma de vida se quer construir juntos, através do diálogo entre os membros da família, permite um salto qualitativo e traz um convite à colaboração de todos em nome de uma causa comum. Assim, pais e filhos se esforçam para criar uma realidade que é diferente e não redutível a uma abordagem centrada no indivíduo. Pais e filhos podem então compreender problemas com o dinheiro, não como a sua falta ou seu uso indevido, mas como uma questão no terreno dos valores: entender que para “ser” não é preciso tanto o “ter”, por exemplo. Portanto, a responsabilidade relacional é construída paulatinamente no processo terapêutico com pais e filhos como aliados em busca de alternativas existenciais para suas indagações e diferenças.

A responsabilidade relacional é entendida por McNamee (1999) como um conjunto de ações que sustentam e melhoram as formas de intercâmbio por onde comportamentos significativos se tornam possíveis, ou seja, “a prática da responsabilidade relacional pode proceder com o entrelaçamen-

to de um conjunto de preocupações, questões, deliberações e outras ações que se movem para fora do indivíduo, a fim de incluir o sempre expansível domínio do ‘relacionável’” (p. 19).

McNamee (1999) define ainda o que considera como ações relacionalmente responsáveis

aquelas que sustentam e melhoram as formas de intercâmbio por onde ações significativas se tornam possíveis. Se a significância humana é gerada através de relacionamentos, então ser responsável no processo relacional é favorecer a própria possibilidade de inteligibilidade – de possuir personalidades, valores e senso de merecimento (p. 19).

Segundo a mesma autora, a responsabilidade relacional refere-se a um processo que convida a todos a responsabilizarem-se continuamente substituindo suas práticas de sanções como degradação, remoção de privilégios, encarceramento e execução.

Pensar em responsabilidade relacional envolve, de acordo com Tomm (1999), considerar quais as consequências de nossa ação sobre a outra pessoa e, ao mesmo tempo, perguntar-nos se aceitamos ou se gostamos ou não de tais implicações. Nesse sentido, uma situação vivida ao conversar com pais e filhos em um momento do processo terapêutico, no consultório particular de uma das autoras, sobre que coisas eram importantes para cada membro familiar, somente a partir de um choro contido da criança, os pais puderam dar-se conta de que não era tão importante o quanto imaginavam ser proporcionar brinquedos caros e lotar a agenda da criança com atividades extras terceirizadas. Todavia, sentiram e perceberam que naquela relação havia uma necessidade de os pais dispensa-

rem uma atenção especial para estejam mais próximos de seus filhos, com o simples objetivo de proporcionar mais carinho, afeto e conversas sobre a vida cotidiana.

Considerando os questionamentos que atravessavam a relação entre pais e filho no caso citado, foi possível, por meio de conversações, despertar nos pais o entendimento de que a criança tinha um comportamento que os pais não esperavam, porém, os próprios pais também precisavam mudar em seus comportamentos para ir ao encontro da necessidade do filho de receber uma atenção mais afetuosa.

O novo significado na relação pai e filho surgiu no fluxo emergente de ações durante a conversação terapêutica. É nosso entendimento que novas maneiras de descrever o Eu e as relações decorrem da escuta aberta da polifonia de vozes convidadas para o diálogo. Além disso, consideramos que qualquer forma de linguagem (seja da percepção, emoção, memória e assim por diante) que pretenda descrever o mundo do indivíduo e suas relações, é um subproduto de tradições históricas e culturais locais. A compreensão sobre o uso do dinheiro nas famílias e a forma como os filhos são socializados em relação a ele envolve considerar como o significado do dinheiro está organizando as relações entre seus membros. Dinheiro e bens materiais como formas de dar afeto, como contexto de construção de identidades, como meio de agregar valor, enfim, quais os significados envolvidos nas relações? Como esses significados ampliam ou restringem possibilidades de responsabilidades relacionalmente construídas, se priorizarmos formas de vida organizadas pela colaboração como atitude e valores comunais?

Segundo Santos e Carmo (2012), as pessoas tendem a confundir amor

com dinheiro, no sentido de quanto mais caro for o presente maior o amor e afeto pensamos em dar à pessoa presenteada. Os autores apontam que quando as trocas afetivas numa família são pobres, pode-se ter uma necessidade maior de materializar o carinho em forma de presentes. Dinheiro e amor são distintos e um não substitui o outro.

De acordo com estes mesmos autores, o que observamos e aprendemos com nossos pais e com a nossa comunidade sobre dinheiro fica registrado e pode nos influenciar nas diferentes decisões, inclusive nas financeiras. Esses registros fazem parte do nosso conjunto de crenças, que são desenvolvidas principalmente na infância, e que nem sempre são saudáveis, podendo agir de modo a gerar confusão. Isto porque muitas vezes nossas crenças não são percebidas de forma consciente, mas continuam a ter relevante contribuição nos nossos valores, princípios e maneira de conduzir nossa história.

Além disso, ter a informação não é garantia de mudança, o que evidencia então a importância de as famílias se engajarem em um processo de conhecimento, e, se necessário, de mudança das crenças, pois elas podem limitar o aprendizado de uma situação nova.

Portanto, mesmo sem falar de maneira clara sobre o uso do dinheiro, os pais ensinam muitas coisas sobre o modo de lidar com ele. Tudo aquilo que nos foi falado e que ouvimos sobre o dinheiro, positiva ou negativamente, assim como o que foi observado e sentido na comunicação não verbal é passado como modelo para os filhos. Conscientizar-se das crenças é conhecer seu padrão de funcionamento a fim de possibilitar uma elaboração que leva ao processo de descoberta das dificuldades emocionais, abrindo es-

paço para a vivência de experiências financeiras novas e com melhor qualidade pessoal e relacional.

Para Camargo-Borges *et al.* (2008), a responsabilidade relacional (RR) enaltece o papel do diálogo na construção de tudo o que participamos, fortalecendo a sensibilidade relacional no processo de construção social das relações, chamando atenção para a realidade circunscrita e situada.

Construir espaços conversacionais em contextos familiares, especialmente com pais e filhos, sobre a forma de se utilizar o dinheiro tem sido desafiador na nossa contemporaneidade compreendida como pós-modernidade (Lyotard, 1984), modernidade líquida (Bauman, 2001) ou hipermodernidade (Lypovetsky, 2004). Em relação ao uso do dinheiro, o cenário em que as famílias contemporâneas convivem é bombardeado pelos progressos tecnológicos e a facilidade do crédito, que perversamente as submetem a uma ditadura do consumismo. Com a cotidianidade do uso dos aparelhos tecnológicos como celulares e computadores na dinâmica familiar, decorre muitas vezes a falta de diálogo, problemas de entendimento na comunicação e isolamento, entre outros assuntos que costumam ser bastante conversados em terapia.

Nesse sentido, refletimos aqui sobre a forma como a responsabilidade relacional vem sendo desenvolvida na vida das famílias atuais quanto ao uso do dinheiro. Nossa intenção foi de ressaltar o processo de uma educação organizada por valores no aprendizado de uma atitude financeira relacionalmente responsável. Enfatizamos aqui a contribuição da postura de responsabilidade relacional na vida das famílias como uma saída para valores individualistas nos aspectos financeiros.

COMPREENDENDO A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO A PARTIR DO CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Para Corradi-Webster (2014), o construcionismo social é considerado um discurso e não uma teoria que explica, de modo válido e fidedigno, a natureza do mundo e das pessoas. Defini-lo como um discurso implica em não aceitá-lo como a narrativa sobre alguma suposta verdade, mas em adotar sua premissa de configurar mais um modo de construir um entendimento sobre o mundo e as pessoas, abrindo possibilidades para o diálogo.

O significado é compreendido, de acordo com essa perspectiva, como uma construção social, ou seja, ele não está dentro de nós, e sim entre nós. O sentido que damos para as coisas nunca está separado do que vivemos e das diferentes vozes que carregamos conosco nas relações das quais participamos ao longo da nossa história. (Grandesso, 2000).

Como ressalta Camargo-Borges *et al.* (2008) “é o que as pessoas fazem juntas que viabiliza a existência de determinadas linhas de ação e interpretação. O potencial de significação está no relacionamento e na forma como as pessoas enunciam e suplementam suas conversas, coordenando suas ações”(p. 13).

O significado está sempre a caminho, ele nunca é final e nem completo, está constantemente se formando através das nossas experiências. Ou seja, o que dá coerência à posição de cada indivíduo está diretamente ligado à sua história pessoal e à construção dos sentidos presentes nas ações humanas.

Desta forma, consideramos importante para o terapeuta de família que adota uma perspectiva construcionista social investigar qual é o relacio-

namento pessoal de cada membro da família com as diferentes questões, inclusive com a maneira de lidar e conviver com o dinheiro. Como destacam McNamee e Gergen (1999), as palavras ganham seus significados dentro de intercâmbio social e inclusive a identidade pessoal é um subproduto de negociações dentro de relacionamentos. Dentro de cada palavra há significados construídos nos contextos de vida e organizados nas histórias narradas e vividas. Portanto, para cada família específica a palavra “dinheiro” vem carregada de um sentido próprio construído nas práticas de suas relações, e, como terapeutas, interessa-nos conhecê-lo para auxiliá-los na tarefa de fazer uso responsável do mesmo, respeitando os limites e os sentimentos de cada membro através das diferentes histórias vividas até ali.

Isto nos faz pensar que quando se trata de educar uma criança em relação ao uso do dinheiro, a conversa é tida como um dos caminhos possíveis, sendo carregada de potencial de significação no relacionamento e na forma como os pais e/ou cuidadores declaram e expõem seus pontos de vista. Ou, por exemplo, em famílias com filhos adolescentes que, muitas vezes, solicitam gastos maiores do que os seus pais podem oferecer, sem respeitar o contexto em que a família se encontra, pode ser relevante destacar a importância de juntos participarem de ações que estejam de acordo com as suas possibilidades, ou seja, negociando dentro do relacionamento familiar aquilo que não agrida a condição atual e que possa ser legitimado por todos de forma relacionalmente responsável. Isso implica considerar o dinheiro no âmbito das relações entre todos e refletir sobre as implicações das ações no território do outro. Ainda que seja um problema, o que se passa é algo do âm-

bito do “nosso”, de responsabilidade de todos os membros da família.

Isso quer dizer que, muitas vezes, numa mesma orientação dos pais para seus filhos podem ser gerados significados diferentes, sendo possível verificar esta variação no modo como as crianças coordenam suas ações nos gastos, na poupança ou no doar. Isto significa que, dentro de uma mesma família, pode haver uma criança “gastadora” e outra, mais econômica, porque na conversa sobre o uso do dinheiro entre pais e filhos os participantes deram variados significados às questões financeiras. Neste caso, há a possibilidade de no percurso do diálogo estabelecido os filhos significarem de formas distintas a importância de não gastar todo o dinheiro de uma mesada, ou aprenderem a controlar os gastos frente a um determinado tempo. Seria simplificador entender que a criança gastadora age desta forma apenas por uma razão individual de ser.

A RESPONSABILIDADE RELACIONAL COMO RECURSO PARA O USO DO DINHEIRO

Tobias (2012) aponta várias formas de se educar financeiramente os filhos, tais como: a prática da mesada, o uso do cofrinho e a conversa. Estas três maneiras serão apresentadas com o objetivo de serem entendidas como estratégias de educação financeira. Isto implica que o significado construído na interação entre pais e filhos torna-se de responsabilidade de quem está nesta relação, tanto no que está sendo construído como no que se vai produzir. Desta forma, o significado coconstruído será determinante para o uso da mesada, do cofrinho ou para que a conversa seja benéfica ou não na educação.

Segundo esta mesma autora, é importante incluir na educação financeira a conversa com os filhos sobre a utilidade do dinheiro na vida das pessoas, e uma reunião familiar periódica para dialogar sobre o orçamento familiar. O uso do cofrinho serve para as crianças pequenas entenderem o sentido de poupar, por ser uma forma concreta de saber quanto se economizou com o peso das moedas. A mesada também é outra prática adotada por algumas famílias que têm crianças maiores e adolescentes, tendo, como um dos objetivos, auxiliá-los a administrar seus próprios gastos (Manfredini, 2007).

Segundo Webley (2006), as crianças às quais são dadas responsabilidades para aprender sobre decisões financeiras e habilidades econômicas estarão mais aptas a economizar. Entendemos que deixar que os filhos participem de tarefas relacionadas com o dinheiro pode ajudá-los a sentirem-se parte da família e, futuramente, a se responsabilizarem por cuidados em relação aos gastos. Destacamos aqui a importância de adequar esta participação à idade em que a criança ou o adolescente se encontra, procurando respeitar aquilo com que percebemos que eles podem se envolver sem que isto agride o seu desenvolvimento.

Embora existam estas estratégias de se educar financeiramente, a forma como elas se desenvolverão na realidade local das famílias pode ser diferente e, muitas vezes, gerar significados sociais diferentes. Cada pessoa, seja ela, pai, mãe, filho, criança, adolescente ou adulto, está inserida em contextos distintos, o que, provavelmente, traz à tona diversas possibilidades de condutas a partir de seu entendimento quanto ao que pode ou não ser feito para o bom uso do dinheiro. Com isso, ficamos inseridos numa moralidade

em que cada contexto tem um repertório de valor. Não existe uma única moral, mas, diversas, o que pode ser conflitante e competitivo, caso não se desenvolva uma forma de vida relacionamente responsável.

As práticas dos costumes dos adolescentes podem ser diferentes das dos seus pais quanto a forma de usar o dinheiro, criando, assim, uma condição de vulnerabilidade para situações conflituosas. Por esta razão, consideramos que a conversa é fundamental no processo educacional, e, em especial, para o uso do dinheiro, pois somente com esta prática é possível explicitar e compreender as diferenças e construir significados compartilhados em torno de valores comunais. As pessoas que estão interligadas nesta relação são capazes de dialogar sobre formas de caminharem juntas, levando em consideração as suas diferenças.

Uma das formas de criar condições favoráveis para as conversações, especialmente quando provêm de um assunto ainda considerado tabu em nossa sociedade como é o dinheiro, é indagar quais as condições ideais para que toda a família se sinta segura para conversar sobre a melhor maneira (para eles) de utilização do dinheiro. Um diálogo aberto sobre o dinheiro e formas de vida permitiria à família abrir possibilidades para compartilhar valores, definir limites e possibilidades e, desse modo, favorecer posicionamentos relacionamente responsáveis, levando-se em conta que, numa família compreendida como um sistema, ações de um afetam as possibilidades dos outros.

Madanes e Madanes (1997) afirmam que ainda há tabu na maioria das situações sociais para se falar sobre a relação pessoal de cada um com o dinheiro. Os autores colocam que o dinheiro não é abordado explicitamente

entre pais e filhos, marido e mulher, irmãos e irmãs, bons amigos ou até mesmo entre terapeuta e cliente. Temos observado enquanto terapeutas que, em muitos casais com os quais temos trabalhado, um não sabe o que o outro ganha, em defesa de uma privacidade que possa ser dada como garantia de liberdade de ação para cada um dos membros da díade.

Segundo Martins (2015), do jornal *Valor*, a pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC-Brasil) feita com 662 consumidores acima de 18 anos e pertencentes a todas as classes sociais, residentes nas 27 capitais brasileiras, mostra que mais de um terço (35%) dos casais brasileiros desconhecem o valor do salário do companheiro. Este autor aponta outro dado desta pesquisa que nos faz pensar sobre o tabu nas famílias: apenas 31% das famílias brasileiras conversam abertamente sobre gastos e receitas, incluindo o cônjuge e outros membros familiares.

Acreditamos que para que as estratégias de educação financeira possam ter um efeito de aprendizado ético e próspero, a responsabilidade relacional pode ser um recurso para o bom uso do dinheiro. Como não temos como nos apoiar em qualquer conhecimento que possa ser dado como norteador do que poderia ser uma forma mais correta ou melhor, a visão construcionista social questiona e amplia realidades dadas como certas, convidando a que se desenvolvam no diálogo, ontologias locais e provisórias. Assim, não existe o certo ou o errado ao lidar com os aspectos financeiros, uma vez que o sentido é construído nas relações, dependendo, justamente, do entendimento das pessoas sobre o que significam para elas suas práticas. Portanto, o diálogo torna-se um espaço de conviver com as múltiplas ideias no contexto de uma família, e,

com isso, nos parece útil e conveniente uma abordagem centrada em responsabilidades relacionais na lida com o dinheiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões financeiras e econômicas estão cada vez mais presentes nos consultórios em que nós, terapeutas familiares, trabalhamos. Para tanto, gostaríamos de destacar a importância de desenvolvimento de trabalhos e pesquisas que abordam esta temática.

Manfredini (2007), Guimarães (2007) e Meirelles (2012) reiteram a importância de se trazer para a prática clínica o estudo do tema dinheiro tendo como base a psicologia econômica, uma vez que o mesmo oferece grandes possibilidades de entendimento da família e das relações humanas como um todo.

Na psicologia, investigar a maneira como a economia influencia a vida das pessoas, seus sentimentos, pensamentos e comportamentos e como esses elementos influenciam a vida da economia é considerado, segundo Ferreira (2006), assunto relacionado à psicologia econômica. Raaij (2006) afirma que os comportamentos associados a dinheiro, tempo e esforço fazem parte dos estudos deste ramo da psicologia, da mesma forma que os efeitos da economia sobre os indivíduos e os efeitos dos indivíduos sobre a economia fazem parte desta ciência.

O desenvolvimento deste artigo nos fez repensar repetidamente a importância de nos questionarmos constantemente, cuidando para não fazermos inferências e, como costumamos dizer, para “não entendermos rápido demais” as histórias narradas pelas famílias que nos procuram. Podemos, ainda, auxiliar as famílias a terem esta

prática relacionalmente responsável, ou seja, questionarem-se sobre o que, muitas vezes, supõem ser dado como certo, ou o já sabido nos contextos de vida e de formas de agir. Esta inclusive é base para o convite para um ato de responsabilidade relacional.

É preciso entender o que o dinheiro, ou outra temática que a família apresenta como demanda para terapia, significa para ela, nos seus contextos de vida. No nosso ponto de vista, a responsabilidade relacional pode ser um recurso para o uso do dinheiro já que convida a todos os membros da família a pensarem coletivamente, como um todo, e a entenderem seu funcionamento no território financeiro como ação conjunta e não individual. Se os membros da família puderem compreender que o que cada um fizer economicamente irá influenciar diretamente todos os outros, todos poderão desenvolver um uso mais comprometido e respeitoso do dinheiro.

Por fim, gostaríamos de destacar a importância do diálogo, pois, por meio da conversa com escuta aberta, dando espaço para todas as vozes, encontraremos junto às famílias uma situação em que todos se sintam respeitados. Para isso, conforme salientado anteriormente, faz parte de nossa atuação enquanto terapeutas criar condições favoráveis para que se possa dialogar, definindo o nosso papel enquanto terapeutas, como arquitetos do diálogo.

REFERÊNCIAS

- Anderson, H. & Goolishian, H.A. (1988).** Human system as linguistic systems: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. (Vol. 27, Issue 4, pp. 371-393). *Family Process*.
- Bauman, Z. (1999).** *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: J. Zahar. pp.87-93.
- Bauman, Z. (2001).** *Modernidade líquida*. (1a ed). Rio de Janeiro: J. Zahar.
- Camaro-Borges, C., Mishima, S. & McNamee, S. (2008).** Da autonomia à responsabilidade relacional: explorando novas inteligibilidades para as práticas de saúde. (Vol. 1, No. 1, pp. 8-19). *Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia*.
- Corradi-Webster, C.M. (2014).** Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In: Guanaes-Lorenzi, C. et al. (Orgs.). *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Duque, A. M. & Manfredini, A. M. N. (2002).** *Dinheiro e Família: a opinião dos pais sobre a educação financeira dos filhos*. Monografia para o Curso de Bacharelado em Psicologia, Universidade de Taubaté, Taubaté.
- Duque, A. M. & Manfredini, A. M. N. (2003).** *Compreendendo o significado do dinheiro para os pais*. Monografia para Formação em Psicologia, Universidade de Taubaté, Taubaté.
- Ferreira, V. R. M.** *A contribuição da Psicologia Econômica – trajetória e perspectivas de trabalho*. Recuperado em 12 de Outubro de 2006, de www.verarita.psc.br/portugues.php?id=art_psico2.
- Giddens, A. (1991).** *As consequências da modernidade*. (2a ed). São Paulo: UNESP.
- Grandesso, M. (2000).** *Para uma epistemologia da Pós Modernidade*. In: M. Grandesso. *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Guimarães, C. M. B. (2007).** *O meu, o seu e o nosso: o processo de constru-*

- ção conjunta do “compromisso financeiro” do casal de dupla carreira na fase de aquisição do ciclo vital. Dissertação de Mestrado, Psicologia Clínica núcleo de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Madanes, C. & Madanes, C. (1997).** *O significado secreto do dinheiro...e como ele atua nas famílias despertando amor, inveja, compaixão e raiva.* (S. M. D. L. Figueiredo, trad.). Campinas: Editorial Psy.
- Manfredini, A. M. N. (2007).** *Pais e filhos: um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição.* Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica no núcleo de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Martins, D.** *Assunto dinheiro ainda é tabu em família, mostra pesquisa.* Recuperado em 24 de janeiro de 2015, de <http://www.valor.com.br/financas/3923876/assunto-dinheiro-ainda-e-tabu-em-familia-mostra-pesquisa>.
- Meirelles, V. M. (2012).** *Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta.* Tese de Doutorado, Psicologia Clínica no núcleo de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- McNamee, S. & Gergen, K.J. (1999).** *Relational Responsibility: Resources for Sustainable Dialogue.* Thousand Oaks, California: Sage.
- McNamee, S. (2014).** *Construindo conhecimento/ construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa.* In: C. GUANAES-LORENZI et al. *Construcionismo social: discurso, prática e produção de conhecimento.* Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Modena, C. (2013).** *Falta de uso da educação financeira faz crescer número de endividados.* Recuperado em 20 setembro de 2014, de <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/05/falta-de-uso-da-educacao-financeira-faz-crescer-numero-de-endividados.html>
- Poletto, A. L. T. (2013).** *Autonomia e iniciação profissional de adultos jovens: o papel da família de origem.* Monografia para o curso de especialização em Terapia de Casal e Família, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Price, D.L. (2001).** *Terapia do dinheiro.* Editora Best Seller: São Paulo.
- Raaij, W. F. V. (2006).** *História da Psicologia Econômica.* (V. R. M. Ferreira, trad.). Recuperado em 12 de Outubro de 2006, de www.verarita.psc.br/portugues.php?id=fredvanraaij
- Santos, A. R. & Carmo, R.O. (2012).** *Família, afeto e finanças: como colocar mais dinheiro e amor em seu lar.* São Paulo: Editora Gente.
- Tobias, A.M.N.M. & Cervený, C.M.O. (2012).** *Educação financeira na família – como falar de dinheiro com crianças.* São Paulo: Roca.
- Tomm, K. Co-constructing responsibility. (1999).** In: S. McNamee & K. J. Gergen. *Relational responsibility; resources for sustainable dialogue.* (Chap. 12, pp. 129-138). Thousand Oaks: Sage.
- Webley, P. & Nyhus, E.K. (2006).** Parent’s influence on children’s future orientation and saving. (Vol. 27, pp. 140-164). Special Issue: Economic Socialization. *Journal of Economic Psychology.*